

TERMO JUSTIFICATIVO

A Comissão de Licitações da Prefeitura Municipal de **Santa Quitéria/CE**, instituída pela **Portaria nº 040/2023 de 23 de janeiro de 2023**, através da **Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos**, vem justificar o procedimento de dispensa de licitação, nos termos adiante.

Dispensa de Licitação n.º **PCS-01080323-SEINFRA**

Objeto: Aquisição de refeições prontas, para atender a necessidade da secretaria de Infraestrutura e Serviços Urbanos do município de Santa Quitéria/CE.

1 – JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A razão desta aquisição se encontra devidamente justificada pela necessidade da aquisição de refeições que se torna necessária, haja vista a necessidade de atender servidores e eventuais prestadores de serviços a serviços da municipalidade de forma adequada por ocasião de realizações palestras, cursos ou visitas de técnicos de interesse da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos do Município de Santa Quitéria/CE.

2 – JUSTIFICATIVA DA DISPENSA DE LICITAÇÃO:

A supremacia do interesse público fundamenta a exigência como regra geral de licitação para contratação da Administração Pública. No entanto existem hipóteses em que a licitação formal seria impossível ou frustraria a própria consecução dos interesses públicos. Obviamente, nesses casos, a realização da licitação viria tão somente sacrificar o interesse público, motivo pelo qual o legislador concedeu ao administrador a faculdade de dispensar o certame nos casos expressamente previstos.

Assim, é de se concluir que, em se tratando de contrato administrativo, a dispensa deve ser a exceção, ocorrendo apenas nos restritos casos autorizados pela lei. Essa previsão é plenamente justificável quando a hipótese se encaixar nos cânones legais enunciados nos distintos casos em que o contrato a ser travado pode ser concretizado independentemente de licitação.

Em razão, de os serviços essenciais não poderem sofrer situação de continuidade, e entre esses o fornecimento pretendido é imprescindível, de uso, que se destina especialmente a execução dos serviços públicos para fruição e manutenção do desenvolvimento do conhecimento desejado.

fornecimento pretendo, mediante dispensa de licitação, conforme artigo 24, II do referido diploma, *in verbis*:

“Art. 24. É dispensável a licitação:

(...)

II – para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998)”

(Grifado para destaque)

Esse contexto foi reformulado por força do Inciso II, art. 1º, do Decreto Federal nº 9.412/2018, atualizando os valores a serem dispensados em cada caso. E para o presente processo o valor atualizado se concentrou em dezessete mil e seiscentos reais.

Por tudo exposto, resta sobejamente provado que a Dispensa de Licitação para o fornecimento pretendido, mostra-se indispensável.

Desse modo, a hipótese tratada apresenta-se como um dos casos em que a administração pode (*e deve*) efetivamente dispensar o processo licitatório, realizando a contratação direta, conforme estabelece o artigo 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores.

5 – RAZÃO DA ESCOLHA DA CONTRATADA:

A escolha recaiu sobre o fornecedor: **GIOVANNA SIQUEIRA ARAGAO**, inscrita no **CNPJ: 36.813.536/0001-73**

Considerando as cotações de preços, comprova-se que a contratação se dá considerando as melhores propostas, para que não haja prejuízo à Administração.

Vê-se, pois, que a administração contrata a empresa que oferece a proposta mais vantajosa, conforme os ditames da Lei nº 8.666/93. No presente caso, fora a empresa supracitada, sobre a qual recaiu a contratação,

apresentando o menor valor global, justificando proposta mais vantajosa para a Administração.

6 – JUSTIFICATIVA DO PREÇO:

A responsabilidade e o eficiente emprego dos recursos do Erário Municipal deve ser meta permanente de qualquer administração.

Como se sabe, tendo em vista que o objetivo dos procedimentos licitatórios é selecionar a proposta mais vantajosa à administração, e considerando o caráter excepcional das ressalvas de licitação, sendo a justificativa do preço um dos requisitos indispensáveis à formalização desses processos, a teor do inciso III, do parágrafo único do artigo 26 da lei de licitações.

Tratando-se de licitação dispensável, ou seja, quando em tese há a possibilidade de competição, mostra-se pertinente a realização de pesquisa de preço colimando apurar o valor de mercado da referida contratação.

Através de coletas de preços, restou devidamente comprovado que os valores a serem pagos ao possível contratado encontram-se em conformidade com a média do mercado específico, segundo projeto básico constante dos autos. Assim, vale ressaltar que o preço a ser pago encontra-se em conformidade com o menor preço do mercado específico, e que o valor total do fornecimento será de **R\$ 14.625,00 (quatorze mil, seiscentos e vinte e cinco reais)**, conforme especificado no quadro abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.
1	REFEIÇÃO TIPO INDIVIDUAL – contendo no mínimo: 2 tipos de proteínas (bovina, frango, suína ou peixe), 3 opções de acompanhamentos (arroz, macarrão, feijão, baião de dois), 1 tipo de salada (salada crua ou cozida) e 1 suco de fruta.	Unidade	750

7 – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FONTE DE RECURSOS:

Os recursos necessários ao custeio da despesa oriunda com a presente contratação encontram-se devidamente alocados no orçamento municipal e correrão por conta da classificação abaixo discriminada:



2401 – Sec. De Infraestrutura E Serviços Urbanos

15 122 0002 2.072 – Manutenção E Funcionamento Da Secretaria De Infraestrutura E Serviços Urbanos

Elemento De Despesas: 3.3.90.30.00 – Material De Consumo

Pelo exposto, submetemos o presente Processo Administrativo de Dispensa e anexo à apreciação da Assessoria Jurídica deste Município, para o devido conhecimento e, verificada a oportunidade e conveniência para esta Pública Administração, RATIFICAR o presente Termo de Justificativa de Dispensa de Licitação.

Santa Quitéria /CE, 08 de março de 2023.

JOSÉ FABIANO VIEIRA

Presidente da Comissão de Licitações

Livia Maria Farias de Mesquita
LIVIA MARIA FARIAS DE MESQUITA
Membro da Comissão de Licitações

Francisca das Chagas Sousa da Silva
FRANCISCA DAS CHAGAS SOUSA DA SILVA
Membro da Comissão de Licitações